

Governo quer fazer uma 'limpeza' na dívida ativa

Em 2009, endividamento de empresas e pessoas físicas com a União bateu em R\$ 827,824 bi, alta de 11,71% ante 2008

Edna Simão / BRASÍLIA

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) vai atuar como uma espécie de "agência de classificação de risco" e promover uma "limpeza" na dívida ativa da União para separar o que é "dívida podre" do que ainda é possível receber. A expectativa é de que a depuração termine até outubro. No ano passado, o endividamento de empresas e pessoas físicas com a União totalizou R\$ 827,824 bilhões, o que representa um aumento de 11,71% na comparação com 2008.

Esse cenário é desgastante porque nem mesmo a criação de programas de parcelamento de dívidas que contribuíram para a redução da arrecadação foi capaz de diminuir o ritmo de crescimento da arrecadação. E a explicação é simples. Como o débito inscrito na dívida ativa não pode ser retirado, o governo cobra multas e juros em cima de um

Estrangeiro amplia compra de papéis da dívida interna

Os investidores estrangeiros estão comprando como nunca os papéis da dívida interna vendidos pelo Tesouro Nacional, que pagam taxas ainda muito elevadas em comparação com as de outros países. Esse movimento de compras "Brasil", que tem ocorrido mesmo com a taxação do IOF para o capital externo, se acentuou em julho e ganhou mais força em agosto, ajudando a diminuir as taxas de juros dos papéis nos últimos leilões com a demanda maior. Segundo o coordenador-geral

de operações da dívida pública, Fernando Garrido, a expectativa de que os juros vão cair no futuro motiva o aumento de aquisições por parte dos estrangeiros.

Por exemplo, existem débitos muito antigos como um de R\$

de operações da dívida pública, Fernando Garrido, a expectativa de que os juros vão cair no futuro motiva o aumento de aquisições por parte dos estrangeiros. Pelo terceiro mês consecutivo, a participação de estrangeiros bateu novo recorde em julho ao atingir 9,54% do total da dívida interna em títulos públicos, que fechou o mês em R\$ 1,5 trilhão. São R\$ 141,2 bilhões de papéis nas mãos dos estrangeiros.

Em junho, os estrangeiros detinham 9,35% da dívida, o equivalente a R\$ 139,1 bilhões. O Tesouro atribuiu o aumento do apetite dos investidores externos ao que classificou de "bom momento para adquirir os papéis".

29,382,90, de 1927, no qual não é possível localizar de quem cobrar a dívida. Há também casos de empresas falidas - Transbrasil e Mesbla, entre outras - em que o governo já perdeu as esperanças de receber o dinheiro. Porém, é preciso insistir na cobrança, o que implica aumento das despesas judiciais para o gover-

no e para as empresas. A ideia da PGFN é focar as cobranças nos débitos que ainda são possíveis receber. Até porque quanto mais antiga a dívida maior a dificuldade de receber o dinheiro. Para dificultar ainda mais, não há atualização dos dados cadastrais dos devedores inscritos na dívida com nome incompleto, CPF extinto e endereço inexistente.

"Tem um número de devedores que já sabemos de antemão que não existe a menor chance de receber. Para isso, estamos fazendo uma depuração da dívida. O processo foi iniciado no ano passado e deve ser finalizado em outubro", destacou Cardoso.

Débito cresce. No curto prazo, a perspectiva do diretor da PGFN é de que os débitos continuam crescendo, mas assim que o sistema estiver funcionando a tendência é de que o ritmo de expansão seja reduzido.

Ainda está sendo negociada com o Banco do Brasil a possibilidade de a instituição financeira fazer a cobrança das dívidas de baixo valor, o que poderá dar mais agilidade no recebimento dos recursos. Segundo ele, também está sendo estudada uma maneira de integrar os sistemas da Receita e da PGFN. Essa seria a melhor forma de ter uma atualização periódica dos dados cadastrais dos devedores.

O coordenador da área tributária da Veirano Advogados, Abel Simão, concorda que existe a necessidade de uma depuração da dívida ativa. Ele afirmou que, em

DÍVIDA FANTASIOSA

Cobrança de juros e multas de débito que nem sempre será recebido impede redução da Dívida Ativa da União

EM BILHÕES DE REAIS

Estoque total da dívida ativa



Arrecadação de pagamento de dívidas à PGFN



Distribuição do estoque da dívida ativa



FONTE: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL - PGFN

INFORMAÇÕES

média, consegue ganhar 50% dos processos judiciais contra a Receita questionando o débito de uma empresa inscrito na dívida ativa: "Isso acontece porque em muitos casos a Receita cobra o débito duas vezes. Ou ainda calcula incorretamente os valores. Nem sempre o que está lá (na dívida) é realmente dívida".

Ligia Regini, advogada do escritório Barbosa, Müssnich & Aragão, também é favorável a uma revisão dos números da dívida, até porque boa parte da execução fiscal é indevida: "Existem situações em que a Receita e a Procuradoria não reconhecem pagamentos ou compensações feitas e prosseguem a cobrança".